

## AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA: UMA REFLEXÃO ACERCA DA AÇÃO PEDAGÓGICA

Alexandra do Nascimento Gomes <sup>1</sup>

Antonio José Vieira Araújo <sup>2</sup>

Vera Lucia Rocha da Silva <sup>3</sup>

### RESUMO

O trabalho objetivou identificar os fatores que interferem na prática da avaliação diagnóstica, em escolas públicas e privadas do ensino Fundamental II e ensino Médio. Deste modo, o presente trabalho permite entender a importância de uma avaliação diagnóstica capaz de melhorar o processo de ensino e aprendizagem. E também irá contribuir para detectar onde estão concentrados os principais problemas que afetam a ação pedagógica em realizar uma avaliação significativa. O estudo foi realizado em duas escolas de Parnaíba, Piauí, escolhidas por ofertar tanto o Ensino Fundamental II quanto o Ensino Médio e os sujeitos da pesquisa foram os docentes das duas instituições, sendo uma da rede privada e a outra da rede pública de ensino. Pode-se notar que em ambas, os educadores apresentavam três dificuldades bem definidas, que influenciam na avaliação da aprendizagem. A primeira é a pouca apropriação dos conhecimentos sobre uma avaliação diagnóstica por parte dos professores, a segunda é a imposição do sistema educacional sobre os métodos de avaliação e a terceira, dificuldade é recuperar os alunos com defasagem na aprendizagem. Defende-se então, que o docente deve conhecer e ser estimulado a aplicar a avaliação diagnóstica, bem como a recuperação paralela, visto que ambas estão atreladas, e deste modo o professor poderá verificar e melhorar não só a aprendizagem do aluno, mas também, sua ação pedagógica. Sugere-se ainda, novas pesquisas, para que os órgãos públicos reconheçam a importância de adequar-se a uma avaliação diagnóstica.

**Palavras-chave:** Avaliação diagnóstica, Recuperação da aprendizagem, Ação pedagógica.

---

<sup>1</sup> Graduada pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí- UFPI, [tandaenem@gmail.com](mailto:tandaenem@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí- UESPI, [nemetanda@gmail.com](mailto:nemetanda@gmail.com);

<sup>3</sup> Graduada pelo Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas a da Universidade Federal do Piauí- UFPI, [veraluciabiosphb@outlook.com](mailto:veraluciabiosphb@outlook.com);

## INTRODUÇÃO

No sistema de avaliação atual, mesmo com a crescente discussão sobre avaliar as competências e habilidades do aluno, observa-se que uma parte dos educadores, como no passado, baseiam-se principalmente na aplicação de testes, com finalidade classificatória. Isso significa dizer que o conhecimento adquirido pelo aluno é avaliado de forma quantitativa. Essa ação é erroneamente denominada de avaliação pois, não contempla uma análise completa do educando, tratando-se de um recorte do processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação deveria ser um processo contínuo, durante todo o ano letivo. A avaliação diagnóstica é um exemplo, pois não apenas verifica o conhecimento adquirido mas, busca melhorar a aprendizagem a partir dos resultados obtidos, e é a ação pedagógica adotada pelo docente que vai definir a continuidade ou transformação da realidade. Contudo, a ação pedagógica pode ser afetada por vários fatores.

Deste modo, o presente trabalho permite entender a importância de uma avaliação diagnóstica capaz de melhorar o processo de ensino e aprendizagem. E também irá contribuir para detectar onde estão concentrados os principais problemas que afetam a ação pedagógica em realizar uma avaliação significativa.

Visto que a avaliação da aprendizagem, em uma parcela significativa das instituições de ensino fundamental e médio, ainda é relacionada principalmente às provas escritas e a obtenção de notas, surge assim, o interesse por esta temática a partir de uma reflexão sobre como está sendo realizada a avaliação da aprendizagem no ensino básico. Nesse sentido, o trabalho objetivou identificar os fatores que interferem na prática da avaliação diagnóstica, em escolas públicas e privadas do ensino Fundamental II e ensino Médio.

O trabalho foi realizado com professores de duas escolas, uma do ensino privado e outra do ensino público, em duas etapas, reconhecer que uma parte dos professores têm dificuldades em desenvolver uma avaliação diagnóstica, e identificar o método dos docentes de avaliar a aprendizagem dos alunos, bem como os instrumentos utilizados.

E foram observados três pontos relevante, a serem discutidos, sobre a dificuldade enfrentada pelo educador, durante o processo de ensino e aprendizagem. São elas, a pouca apropriação dos conhecimentos sobre uma avaliação diagnóstica, é a imposição do sistema educacional sobre os métodos de avaliação e recuperar os alunos com defasagem na aprendizagem.

O trabalho revela a importância de adequar o sistema educacional a uma avaliação que leve em consideração não somente o caráter quantitativo, mas também o qualitativo, utilizando-se uma avaliação diagnóstica.

## **METODOLOGIA**

O estudo foi realizado em duas escolas da cidade de Parnaíba, Piauí, escolhidas por ofertar tanto o Ensino Fundamental II quanto o Ensino Médio. Os sujeitos da pesquisa foram os docentes de duas escolas, uma da rede privada e a outra da rede pública de ensino. Com a participação de 14 e 20 professores respectivamente, o trabalho não contemplou todos os professores das instituições, pelo fato de alguns alegar não ter tempo para responder e outros queriam levar para responder em casa, o que poderia comprometer os resultados trabalho, em conseguir respostas fidedignas. O trabalho apresenta abordagem qualitativa e de caráter exploratório.

Para a coleta de dados, foram utilizados a observação, no decorrer do ano letivo de 2018, durante o exercício da docência em ambas as escolas, e elaboração de um questionário, contendo 5 questões discursivas relativas ao tema, para ser aplicado com os professores sujeitos da pesquisa. As questões foram: 1. Você poderia explicar com suas palavras o que seria uma avaliação diagnóstica? 2. Quais os instrumentos de avaliação que você utiliza com maior frequência? Justifique? 3. Diga qual a maior dificuldade em avaliar a aprendizagem do aluno. 4. Qual o método que você utiliza para a recuperação da aprendizagem? 5. Em sua opinião como seria uma boa avaliação da aprendizagem?

O trabalho foi realizado em dois momentos diferentes. O primeiro foi identificar que uma parte dos professores têm dificuldades em desenvolver uma avaliação diagnóstica. E o segundo momento buscou-se verificar o método dos docentes de avaliar a aprendizagem dos alunos, bem como os instrumentos utilizados. Os sujeitos da pesquisa foram esclarecidos quanto aos objetivos do estudo, sendo-lhes assegurada a voluntariedade quanto a participar ou não no estudo, e a confidencialidade dos mesmos.

## **DESENVOLVIMENTO**

O ensino no Brasil vem passando por transformações a muitas décadas, é possível notar essas transições quando observamos o método tradicional de ensino, o tecnicista, e o foco dos dias atuais, o método construtivista. Nesse último método de ensino o educador passa a direcionar o conhecimento de tal maneira que o aluno começa a construir o próprio

saber, fazendo associações, discutindo, indagando e participando ativamente da aula (GOMES, 2016).

Nesse contexto de mudanças no ensino, fica evidente que as formas de avaliar a aprendizagem devem ser adaptadas à nova realidade. No entanto, atualmente, nota-se que a avaliação da aprendizagem, no ensino fundamental e médio, ainda tem caráter quantitativo e seletivo, ou seja, a ênfase não está na aprendizagem e sim nas notas que devem ser alcançadas. Os professores e as instituições de ensino ainda não avaliam a aprendizagem dos educandos, mas fazem exames pontuais e denominam essa prática de avaliação (DATRINO; DATRINO; MEIRELES, 2010). Porém de acordo com os PCN's, “[...]a atividade de avaliação exige critérios claros que orientem a leitura dos aspectos a serem avaliados”. (BRASIL, 1997, p. 58).

Segundo Luckesi (1997), há uma grande diferença entre examinar e avaliar, o primeiro se caracteriza pela classificação e seletividade, enquanto que o segundo se caracteriza pelo diagnóstico e pela inclusão. De acordo com o autor, no ato de examinar só interessa a resposta naquele momento, sem se preocupar com o caminho percorrido, e seleciona os alunos que tiram nota boa, excluindo os que não alcançaram o resultado mínimo, enquanto que na avaliação, não interessa aprovação e reprovação, mas a aprendizagem do aluno, e quando é diagnosticado que o aluno não alcançou os resultados desejados da aprendizagem, a ação pedagógica deve ser reorganizada de forma que o mesmo aprenda o conteúdo abordado.

Um dos fatores que podem induzir ao método de examinar, é o fato de o próprio professor ou gestor, não compreender o sentido de uma avaliação diagnóstica, pois esta não considera o erro do aluno como uma falha passível de reprovação, mas como uma tentativa de construção do conhecimento. Luckesi (1997) reforça, o erro na aprendizagem é essencial, e é um importante impulsionador da ação de aprender.

Um dos objetivos da educação básica é ensinar, porém, só se ensina algo, se houver alguém aprendendo, deste modo entende-se que se o educando não aprendeu determinado conteúdo o professor não alcançou o objetivo, que é ensinar. De acordo com a LDB nº 9.394/96, a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Se o aluno não atingiu os resultados esperados, deve-se rever a ação pedagógica de modo que o aluno compreenda o conteúdo proposto, e a avaliação diagnóstica, é uma forma de se detectar as falhas no processo de ensino e aprendizagem.

Uma das ações pedagógicas mais utilizadas em situações de defasagem na aprendizagem é a recuperação escolar, por estar apoiada em textos legais. É o caso da Lei de

Diretrizes e Bases (1996), que estabelece a “obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”. Porém, esta recuperação paralela é pouco utilizada pois, na maioria das instituições de ensino, não há professores disponíveis para ministrar aulas extraclasse. E a lei obriga que seja acatado as recuperações de aprendizagem, mas, deixa em aberto como que devem ser desenvolvidas, embora mostre uma preferência com relação a recuperação paralela, como reforça o Parecer nº12/97, 1997.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No primeiro momento, durante a observação do sistema de avaliação adotado pelas escolas, notou-se que ambas exigem uma média bimestral para avaliar se o aluno está ou não retendo o conhecimento ensinado. Porém essa prática apresenta falhas, como afirma Luckesi (2018), que quando se utiliza da média de notas, a qualidade do desempenho dos estudantes é transformada indevidamente em quantidade, confere-se um caráter definitivo da aprendizagem do aluno como se tivesse alcançado a aprendizagem significativa.

O autor exemplifica ainda que quando é atribuído a nota 10,0 na aprendizagem de um conteúdo em um mês, e 2,0 no mês seguinte, ambas expressam que o aluno atingiu uma qualidade da aprendizagem, satisfatória e insatisfatória respectivamente. Já a obtenção da média resulta na nota 6,0 que, seria a nota mínima para prosseguir, entendendo-se que o aluno aprendeu os dois conteúdos, no entanto, o conteúdo do segundo mês não alcançou resultados satisfatórios.

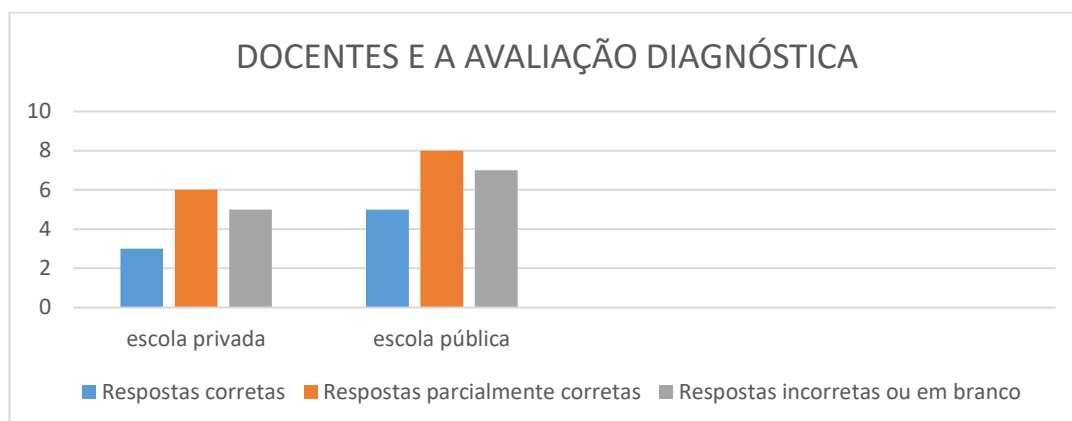
Quando se trata da avaliação do processo ensino/aprendizagem escolar, o professor encontra alguns empecilhos pois, há vários desafios e contradições com o que se descreve na teoria e com o que ocorre na prática (OLIVEIRA; ZUCOLOTO, 2017). É perceptível que a avaliação ainda aparece de forma distanciada do processo educacional, como se fosse independente da prática de ensinar.

No segundo momento, analisando os questionários dos professores das escolas da rede privada e pública de ensino, pode-se notar que em ambas, os educadores apresentavam três dificuldades bem definidas, que influenciam na avaliação da aprendizagem diagnóstica.

A primeira é a pouca apropriação dos conhecimentos sobre uma avaliação diagnóstica por parte dos professores. Pois a maioria dos docentes de ambas as escolas não conseguiram responder corretamente ou responderam parcialmente a questão 1, que faz referência ao conceito de uma avaliação diagnóstica, como mostra o gráfico 1. O que significa dizer que sem conhecer a avaliação diagnóstica, esses educadores provavelmente, mesmo sem perceber,

acabam simplesmente classificando os alunos conferindo-lhes notas. De acordo com Luckesi (2018), essa é uma avaliação seletiva que aceita a realidade como está, sejam os resultados positivos ou negativos, contraria a avaliação diagnóstica que utiliza os resultados insatisfatórios para investir na busca da qualidade desejada.

Gráfico 1. Concepção dos professores sobre a avaliação diagnóstica.

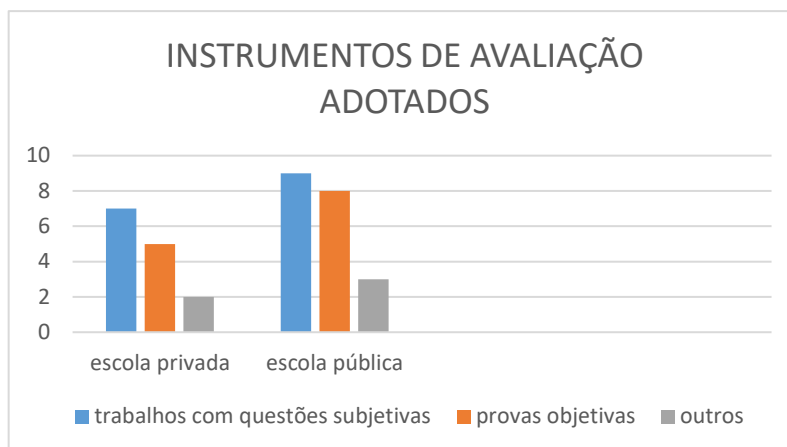


Vale ressaltar que uma parcela menor, porém significativa dos professores souberam responder com propriedade. Mostrando que a avaliação diagnóstica é conhecida por uma parte dos docentes de cada escola, e que ainda é um tema em ascensão na realidade escolar. Deste modo, para dar um novo direcionamento à avaliação, seria importante o resgate da sua função diagnóstica, um instrumento de identificação de novos rumos (SANTOS, 2016).

A segunda dificuldade que influencia na avaliação da aprendizagem é a imposição do sistema educacional sobre os métodos de avaliação, que pode ser observada nas respostas das questões 2 e 3. Na questão 2, sobre os instrumentos de avaliação mais utilizados, as principais respostas foram: trabalhos escritos com questões subjetivas e provas objetivas (gráfico 3). No gráfico a seguir temos a relação da quantidade de professores e o instrumento de avaliação adotado, no qual é evidenciado, que dos 14 docentes da escola privada, e dos 20 da escola pública apenas 2 e 3 respectivamente, alegaram utilizar principalmente, outros instrumentos de avaliação da aprendizagem.



Gráfico 3. Instrumentos de avaliação mais utilizados pelos docentes.



Essas respostas podem ser justificadas principalmente, porque os professores são orientados pelo sistema de ensino a atribuir notas bimestrais compostas por um trabalho no primeiro mês, e uma prova no segundo mês, para a obtenção de uma média, o que não descreve a aprendizagem real. “Para proceder a coleta de dados, haverá necessidade de recursos técnicos que, coletando dados viabilizem a descrição da realidade”. Luckesi (2018) p. 142.

O argumento acima é reforçado com as respostas da terceira questão que teve um percentual acentuado em ambas as instituições de ensino, quando uma boa parcela dos professores respondeu que de certa maneira, são obrigados a acatar o método de avaliação adotado pelo sistema de ensino. Com isso observa-se que o processo de avaliação é delimitado por um sistema que interfere, em alguns aspectos, como na autonomia do docente em avaliar o aluno, em suas competências e habilidades. “[...] O professor cumpre penosamente uma exigência burocrática, e o aluno, por sua vez sofre o processo avaliativo [...]” (HOFFMANN, 2003, p.18).

E a terceira dificuldade é recuperar os alunos com defasagem na aprendizagem, visto que, a avaliação diagnóstica identifica o aluno com baixo rendimento para tentar sanar as dificuldades. Sendo observado nas respostas das questões 4 e 5.

Na quarta questão, quando perguntado sobre os métodos de recuperação da aprendizagem adotados, obtém-se respostas diferentes para cada escola. Na escola privada os professores entram em consenso ao responder que as recuperações são realizadas a cada dois meses, por meio de uma prova objetiva ou subjetiva, após uma aula de recuperação. Já na escola pública, os docentes entram em acordo ao afirmarem que as recuperações são semestrais com aplicação de provas contemplando o conteúdo de todo o semestre.

Tais respostas indicam que a recuperação da aprendizagem acontece no final de um período estipulado, seguindo um cronograma. Afirma-se então que neste caso não está havendo uma recuperação paralela. Conforme o Parecer nº12/97, que reforça o disposto na LDB:

“Em se tratando de alunos com “baixo rendimento”, só a reavaliação permitirá saber se terá acontecido a recuperação pretendida. E, constatada essa recuperação, dela decorrerá a revisão dos resultados anteriormente anotados nos registros escolares, como estímulo ao compromisso com o processo. Estudo e avaliação devem caminhar juntos, como é sabido, onde esta — a avaliação — é o instrumento indispensável para constatar em que medida os objetivos colimados foram alcançados.” (Parecer nº12/97, 1997, p. 2).

Nota-se também que a diferença entre a escola privada para a pública, é que em quanto a recuperação da aprendizagem na primeira ocorre quatro vezes no ano, na segunda ocorre duas vezes. O sistema de recuperação em ambas as instituições, é falho, pois é inviável para o professor rever com o aluno, o conteúdo de dois ou mais meses em uma única aula ou mesmo uma semana (que corresponde no máximo a quatro horas aulas dependendo da disciplina). A recuperação da aprendizagem, em alguns casos, caracteriza-se pelo imprevisto e não soluciona as dificuldades do aluno, afirmam Lima e Zibetti (2016).

E as respostas da quinta questão corroboram, ao verificar que os professores em suma, afirmam que em uma boa avaliação, o aluno deveria ser avaliado como um ser completo, levando em consideração suas habilidades e competências.

Enquanto que os professores têm essa visão de uma boa avaliação, foi possível observar que poucos acatam com frequência. Um exemplo neste caso, é quando um aluno é reprovado porque não atingiu a nota mínima em uma recuperação, sendo que o método de recuperar a aprendizagem foi falho, pois avaliou-se dois ou seis meses da aprendizagem do aluno com uma única nota quantitativa, sem levar em consideração a avaliação integral do aluno. Na maioria dos casos, o educador utiliza a avaliação como um simples instrumento de controle, quando na verdade uma de suas características é ajudar e desenvolver as capacidades e habilidades do aluno, segundo Libâneo (1994).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi possível perceber que nas duas instituições de ensino, os professores apresentam três dificuldades em comum, a respeito da avaliação diagnóstica. A primeira, é que uma parcela dos educadores ainda não tem propriedade quanto ao conceito de avaliação diagnóstica, que se encontra ainda, em ascensão nas instituições de ensino básico. E deste modo os professores acabam utilizando a avaliação seletiva, que é imposta pelo sistema



educacional, sendo esta a segunda dificuldade. A terceira é recuperar alunos em defasagem de aprendizagem, pois tanto a imposição da média de notas para quantificar a aprendizagem quanto o método de recuperação escolar impostos pelo sistema e/ou instituição de ensino, pode interferir na ação pedagógica, mesmo que o educador tenha o conhecimento de que uma boa avaliação seja aquela que abrange o aluno em sua integralidade.

Defende-se então, que o docente deve conhecer e ser estimulado a aplicar a avaliação diagnóstica, bem como a recuperação paralela, visto que ambas estão atreladas, e deste modo o professor poderá verificar e melhorar não só a aprendizagem do aluno, mas também, sua ação pedagógica, facilitando o processo de ensino e aprendizagem. E quanto a influência do sistema educacional, a respeito da quantificação do conhecimento, deve-se produzir trabalhos e projetos a respeito, e que tenham visibilidade para que os órgãos públicos reconheçam a importância de adequar-se a uma avaliação que leve em conta também o caráter qualitativo e assim, dar subsídios aos docentes para que estes possam reorganizar suas ações pedagógicas, visando um processo de ensino e aprendizagem significativo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. de 1996. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 4 ago. 2019.

BRASIL. Parecer nº 12, de 06 de novembro de 1997. Esclarece dúvidas sobre a Lei 9.394/96. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1997/pceb01297.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

DATRINO, Roberto Cesar; DATRINO, Iraci ferro; MEIRELES, Pedro Henrique. Avaliação como processo de ensino-aprendizagem. **Revista de Educação**, v. 13, p. 27-44. 2010.

GOMES, Alexandra do Nascimento. **O uso de recursos pedagógicos no ensino de geociências: reflexões a partir de uma intervenção no processo de ensino e aprendizagem**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, 2016.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação, mito ou desafio:** uma visão construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática:** série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Flora Farias de Souza; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. Uma escola, múltiplos olhares: avaliação e recuperação no cotidiano escolar. **Práxis Educativa**, vol. 11, n. 2, p. 1-16. maio/ago. 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em educação:** questões epistemológicas e práticas. São Paulo: Cortez, 2018.

OLIVEIRA, Valquíria Dias de; ZUCOLOTO, Karla Aparecida. Reflexões sobre os processos da avaliação escolar. *In:* COLÓQUIO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 5., 2017, Juiz de Fora. **Anais...** [...] Minas Gerais: UFJF, 2017. p. 1-13.

SANTOS, Déborah Cristina Kich de Los. 2016. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: produções didático-Pedagógicas. **Cadernos PDE**, v. 2.